Mudança social e luta de classes no Nordeste

FELIPE JOSÉ LINDOSO

Ao estudar o fenômeno do surgimento dos trabalhadores "clandestinos" nas cidades próximas aos engenhos e usinas da Zona da Mata de Pernambuco, o primeiro cuidado de Lygia Sigaud (1979a) é afastar-se de camisas-de-força supostamente "teóricas" que explicam, previamente, o que está sendo estudado. "Os Clandestinos e os Direitos" não é uma ilustração da tese de que a penetração do capitalismo no campo brasileiro é, simplesmente, inevitável, e sim, um estudo da especificidade histórica do que acontece na agroindústria açucareira pernambucana para entender o processo de surgimento dos "clandestinos" dentro do contexto da luta de classes explicada e entendida "a partir dos trabalhadores" (p. 15).

"Os Clandestinos e os Direitos" parte de uma problemática que articula dois conceitos (expropriação e reprodução da força de trabalho) e "tem como fio condutor o modo como os trabalhadores representam o processo de transformação que estão vivendo, esse modo sendo pensado como determinado pela posição estrutural que esses trabalhadores ocupam frente aos proprietários enquanto vendedores da força de trabalho e mediatizado por suas formas próprias de organização política" (p. 15).

Até aí, o que se apresenta ao leitor é uma tarefa como a que dezenas de antropólogos e sociólogos se propuseram a resolver: uma problemática teórica e uma situação na qual diferentes grupos sociais agem, tudo visto a partir de um posicionamento determinado.

Ora, desde que os epistemólogos tornaram lugar comum o axioma de que o cientista social fala sempre a partir de uma posição determinada, o que tem ocorrido é que muitos autores resolvem o problema de *seu* posicionamento diante de uma situação de pesquisa

de uma maneira extremamente simplificada: "assumem" posições a partir de um "discurso teórico" (sejam essas as posições de uma classe social dada numa estrutura social naturalizada que é "assumida" pelo autor ou uma posição supra-classes elaborada a partir da situação acadêmica) e ilustram sua teoria com depoimentos de membros do grupo objeto de pesquisa, dados estatísticos e a observação etnográfica.

Assim o fazendo, "encantam" as relações entre a teoria e a realidade, transformando os ensaios em insípidas digressões lógico-formais nas quais se aprende a palavra do mestre-sábio-pesquisador (sua "contribuição teórica") legitimada pelo "meninos-eu-vi" do trabalho de campo. Com isso, muitos autores pensam que se afastam do "ensaísmo" da produção intelectual brasileira mais antiga e do empirismo chocho da sociologia vulgar que andou fazendo estragos mais recentes por aqui. Na verdade, o que conseguem é fazer um casamento entre os dois, casamento esse que não obedece a nenhuma regra de parentesco, com o resultado freqüente de transformar seu trabalho em mais um título para ser metido no fundo das prateleiras de bibliotecas, a ser citado somente quando outras monografias idênticas produzam mais "contribuições teóricas" do mesmo tipo. Enquanto isso, a prática social do grupo que, supostamente, tinha sido estudado e "ilustrou" o trabalho segue rumos que as monografias, muitas vezes, não conseguem nem insinuar nem muito menos prever ou avaliar suas possibilidades de desdobramento.

O trabalho de Lygia Sigaud tem como virtude principal escapar dessa armadilha ao construir uma contribuição teórica a partir da prática vivenciada pelo grupo social. Sua proposta de "partir dos trabalhadores" não se transforma em um discurso no qual o autor fala "pelos trabalhadores". É um trabalho "a partir dos trabalhadores", no qual a explicação das contradições sociais, que levam ao surgimento da figura do *clandestino*, é construída tendo, efetivamente, como matéria prima de análise o discurso e a prática do grupo social num contexto bem determinado de luta de classes e mudanças sociais.

O livro trata daqueles *moradores* expulsos dos engenhos e usinas de cana-de-açúcar que se transformaram em trabalhadores assalariados volantes, os *clandestinos*, como são chamados na região. Esse processo se dá sem que haja se modificado, significativamente, o processo tecnológico de plantação de cana e produção de açúcar. São relações sociais que se transformam sem que tenha havido uma modificação no nível das "forças produtivas". Argumenta-se, geral-

mente, como o assinala Sigaud (p. 47), que as transformações ocorridas na indústria açucareira, como a implantação das usinas, aumentaram o absenteísmo dos "senhores de engenho" e a incorporação de suas terras pelas usinas. Se isso provocou uma concentração da propriedade — que passou, inclusive, pela expulsão de antigos foreiros — não provocou inovações tecnológicas no plantio da cana. O aumento da produção de cana se processou, simplesmente, pela incorporação de novas áreas à lavoura. Não houve, tampouco, uma mudança no tipo de cultivos. Enfim, nada de "puramente econômico" que provocasse mudanças radicais nas relações sociais vigentes na Zona da Mata pernambucana, que justificasse a iniciativa dos proprietários de abandonar uma relação de produção que lhes garantia estabilidade na oferta de mão-de-obra nos bons e maus períodos do comércio de açúcar.

No entanto, a modificação se deu e se criam novas formas de submissão da força de trabalho que, ao mesmo tempo em que representam rupturas, são, também, formas de continuidade e de reapropriação de representações dos trabalhadores sobre suas próprias vidas.

O que houve de novo na região foi a mobilização política, em particular a ocorrida no começo da década de 60 com a proliferação das Ligas Camponesas (no Agreste) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (na Zona da Mata). Essa mobilização respondia a duas situações. Primeiro, ao aumento do sobretrabalho que os usineiros tentavam extrair da força de trabalho dos engenhos, como decorrência da conjuntura de expansão da lavoura de cana. Segundo, pelas condições políticas então vigentes, que permitiam uma articulação dos trabalhadores para resistir à ação dos proprietários que se expressava na expulsão dos *moradores*.

Esse intrincado processo de luta culminou na conquista dos *direitos* — "termo que os *moradores* utilizam para designar o salário mínimo, o repouso remunerado, as férias e o décimo-terceiro salário, e o Sindicato — adquiridos ou obtidos através de um dom do Governador Miguel Arraes, como preferem crer os *moradores* que a ele atribuem a origem dos *direitos*, [que] passaram a funcionar como um novo parâmetro para pensar as relações sociais nas quais estavam inseridos e que sua própria luta havia contribuído para abalar. Mais do que isso os *direitos* se transformaram no próprio instrumento de uma luta que se iniciara sem eles" (p. 39).

Lygia Sigaud estabelece, assim, as premissas da situação: uma relação tradicional, a *morada*, que entra em crise diante das difi-

culdades políticas que os empresários encontram para reformulá-la segundo *seus* objetivos por causa da resistência política dos trabalhadores, favorecida por uma conjuntura propícia às mobilizações. Quando a conjuntura muda, a partir de 1964, "os trabalhadores se tornam alvo da fúria revanchista dos proprietários que a partir de então dispunham de força necessária para realizar seu projeto, que era o de se livrar dos *moradores* em termos imediatos, mas cujo efeito seria e foi a consumação da ruptura do sistema de *morada* e a expropriação dos trabalhadores" (p. 41).

É desse confronto entre duas forças e da própria natureza das relações em dissolução e das novas relações emergentes que vai resultar a "especificidade do processo de saída dos moradores dos engenhos" (p. 43). Isto é, o processo deve ser entendido em seus próprios termos e em sua especificidade e não em função da ilustração de uma "teoria" aprorística que já teria "previsto" a proletarização dos trabalhadores da cana-de-açúcar, com o caso pernambucano servindo como simples ilustração.

O processo é percebido pelos trabalhadores *clandestinos* — ex-*moradores* — de forma extremamente complexa. Um dos aspectos dessa complexidade é o do paradoxo do "gosto e vontade". O observador externo, pesquisador, armado de dados previamente obtidos, sabe que houve um processo de *expulsão* em massa dos moradores. No entanto, os ex-*moradores* quase sempre informam que sua saída dos engenhos se deu por "gosto e vontade" e que só outros ex-*moradores* foram expulsos. Ao explorar esse paradoxo o pesquisador vai descobrir não só os diferentes tipos de pressão que os proprietários vão exercer contra os trabalhadores como, também, como eles as assimilam e elaboram estratégias para que sua saída se dê no momento que, para eles, seja mais conveniente. As pressões diretas e indiretas dos proprietários sobre a força de trabalho são percebidas pelos trabalhadores, segundo sua situação específica: idade e ciclo de vida e trajetória social. O resultado é que a saída dos engenhos, o término da *morada,* apesar de estar sendo executado em massa, pode ser entendido por aqueles que o sofrem diretamente como um processo que depende, também, da força que o Sindicato possa ter mantido no município, das condições que tivesse para defender o trabalhador e conseguir para este uma saída em melhores condições e, também, de como, segundo suas condições individuais, o trabalhador tenha recebido as pressões.

O processo de operação dos mecanismos de expulsão é, pois, entendido a partir de sua assimilação por tipos de situação indi-

vidual, nas quais os trabalhadores reelaboram os motivos explícitos e implícitos da saída e suas condições de resistência. É isso que permite compreender o que está em jogo quando o *morador* deixa o engenho e vai para as *pontas de ruas,* trocando o *cativeiro* pela *liberdade.* Isso é tanto mais importante quando a autora demonstra que a reelaboração das representações dos moradores sobre suas circunstâncias de vida provocam uma troca dos *direitos* — entendidos como uma dimensão a mais da *morada,* uma "nova" *morada* — pela *liberdade* do trabalho *clandestino* sem *direitos.* Pois os ex-*moradores,* agora *clandestinos,* passam a entender os mesmos *direitos,* pelos quais lutavam antes, como uma representação da *morada* como *cativeiro.*

A explicação desse fenômeno não passa, porém, por uma apreciação ingênua das representações *dos clandestinos* como falsa consciência. O que continua a estar em jogo são as condições sociais de reprodução da força de trabalho, que agora passa pela sua segmentação: a *morada* em extinção ainda não acabou e continuam existindo *moradores* nos engenhos, aos quais os *clandestinos* se opõem, não só por terem se livrado do *cativeiro* da relação, como porque os *moradores* que continuam dentro dos engenhos são obrigados — em troca dos "favores" da *morada* e dos *direitos* — a se submeter a condições de trabalho piores.

Além disso, a atuação do Sindicato no município vai pesar na constituição das representações de *clandestinos* e *moradores.* A verdade é que Lygia Sigaud mostra que, na época em que fez a pesquisa (de 1969 a 1974), os primeiros estavam completamente afastados dos sindicatos. Uma vez que haviam renunciado aos *direitos* juntamente com a *morada,* deixavam de pagar e freqüentar o sindicato e racionalizavam isso em função de sua nova situação de libertos do *cativeiro* da *morada* e da *ficha* (registro regular do contrato de trabalho). Nos municípios da Mata Sêca, onde os engenhos de usina concorriam com outros tipos de utilização da força de trabalho, algumas empresas optaram por *fichar* alguns ex-moradores que estavam já nas pontas de rua.

Por outro lado, na medida em que o sindicato era forte e sua liderança ativa, passou a desenvolver estratégias para uma atuação *para* os *clandestinos,* quando não conseguia chegar diretamente a eles. Essas formas de atuação, já detectadas nos últimos capítulos, foram, mais tarde, desenvolvidas em outro artigo (Sigaud, 1979b) e exemplificadas, também, por Mozart Borba Neves (1979). A atuação do sindicato e o desenvolvimento das contradições decorrentes da própria estratégia empregada pelos patrões (segmentação da força

de trabalho), além da concorrência com outras aplicações da força de trabalho, inclusive as tentativas de conseguir arrendar um pedaço de terra e a existência ou não de mais de uma usina no município são consideradas. Todas essas questões são analisadas de perto nos capítulos finais do livro, mostrando que as representações que os trabalhadores têm sobre sua vida são, não só o fruto de uma posição de classe determinada, como também da dinâmica mais geral da luta de classes que vivem.

Se a posição estrutural de uma classe em uma sociedade determinada constitui um patamar a partir do qual os indivíduos dessa classe desenvolvem sua consciência, é a luta de classes concreta que vai informar as representações que têm de sua situação.

"Assim como para explicar o processo que os constituíra em proletários rurais atribui-se às lutas políticas das Ligas e dos Sindicatos um papel predominante, também para entender o comportamento dos trabalhadores diante da sua nova situação foi necessário analisar a atuação do Sindicato, o modo como os trabalhadores se posicionavam frente a ele e quais as condições de uma luta que expressasse os pontos de vista dos trabalhadores expulsos. Em oposição a uma interpretação que privilegiasse o poder da "consciência" e portanto concluísse pela "inconsciência" dos trabalhadores que saem dos engenhos de *gosto e vontade* e espontâneamente abrem mão dos *direitos*, o que se tentou fazer foi mostrar quais os entraves políticos à atuação dos Sindicatos" (p. 246).

A validade heurística do procedimento de Lygia Sigaud se viu plenamente justificada pela prática. A greve de 1979 dos trabalhadores das usinas e engenhos da Zona da Mata de Pernambuco pode ser entendida, claramente, como o desenvolvimento de contradições cuja solução estava, virtualmente, prevista no livro: na medida em que a luta sindical retoma seu ritmo e que as condições políticas do país se modificam, se reavivam e se explicitam velhas reivindicações dos trabalhadores da região, acrescidas de novas. O reavivamento dessas lutas ofensivas se dá, agora, com força, na medida em que a resistência conseguiu níveis de eficácia que aqueles que supunham o destroçamento das organizações políticas dos trabalhadores da região como total, não poderiam prever. O estudo, realizado "numa época em que os trabalhadores tanto urbanos quanto rurais, sendo então "invisíveis" aos olhos da chamada "opinião pública", estavam longe de terem um lugar mais explícito na cena política" (Palmeira, Garcia Jr. e Leite Lopes, 1979), mostra que o processo de articulação de perspectivas políticas, sociais e econômicas por parte dos trabalhadores ocorre, mesmo quando a

aparência é a de estagnação e submissão à opressão. O que não deixa de ser exemplar para intelectuais que costumam partir para o exame da atuação política dos trabalhadores tão só quando os movimentos sociais irrompem na cena política de forma "inesperada", sem terem percebido que os "ataques ao céu" não são fruto da vontade de "politizar" que move líderes mais ou menos "avançados", e sim o resultado de processos complexos que constróem o momento da ação política.

BIBLIOGRAFIA

NEVES, M. B. "Uma experiência com o bóia-fria". In *Ensaios de Opinião*, N.º 2-9, 1979.

PALMEIRA, M., GARCIA Jr., A. e LEITE LOPES, J. S. "Apresentação". In LEITE LOPES et alii (eds.) *A Reprodução da Subordinação. Mudança Social no Nordeste: Estudos sobre Trabalhadores Urbanos*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979.

SIGAUD, L. *Os Clandestinos e os Direitos. Estudo sobre Trabalhadores da Cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, Coleção Histórica e Sociedade, 1979a.

———. "O Sindicato e a estratégia do capital". In *Ensaios de Opinião*, N.º 2-9, 1979b.